



KARITIANA DE RONDÔNIA: trabalho, técnica e exclusão da dignidade pelo trabalho escravizado

Karitiana of Rondônia: work, technique and the exclusion of dignity through enslaved labor

Karitiana de Rondônia: trabajo, técnica y exclusión de la dignidad a través del Trabajo esclavizado

RESUMO

O artigo tem como objetivo levantar questões sobre como ocorreram as transformações no trabalho indígena, com ênfase nos Karitiana de Rondônia, em decorrência da expansão do capitalismo e dos métodos utilizados para garantir a desapropriação territorial, reverberando em diferentes formas de violência. Autores como Marx (2008), Luxemburgo (1970), Hobsbawm (2006), Mendonça (2004), Thomaz Júnior (2012), foram utilizados para embasar a respeito da categoria trabalho. Nas concepções que emergem ao longo deste artigo, percebe-se que o etnocídio aplicado pelos invasores europeus ainda se faz presente, os diversos conflitos continuam fazendo parte do cotidiano dos povos indígenas, em um país em que seus representantes políticos, seja no legislativo, executivo ou judiciário, relegam, são ineficazes para impedir a invasão das terras e da violência com o restante da população originária, o simples fato de viver para esses povos já é uma (Re)Existência. A metodologia adotada foi qualitativa, com análise de documentos, atividades em campo. Baseada na literatura materialista dialética, como fundamentação metodológica teórica-conceitual. Assim, com o avanço da tecnologia no século XX, a produção e o consumo se aceleraram, dando origem a novas formas de desterritorialização de etnias, obrigando organismos internacionais a exigirem reparações do governo brasileiro. Dessa forma, o Banco Mundial influenciou diretamente a demarcação de terras indígenas no Brasil; pode-se dizer que isso só foi possível por imposição de organismos internacionais.

Palavras-chave: violência; expropriação; (re)existência.

* Doutorando em Geografia - Universidade Federal de Goiás - Programa de Pós-Graduação em Geografia; Mestre em Geografia - UFMT; Bacharelado e Licenciatura em Geografia - UNIR; Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais/LABOTER/IESA/UFG. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território e Políticas Públicas - TRAPPU. Membro do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade - GECA-UFMT.

** Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004). Possui graduação em Direito. Atualmente é Professor Titular dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás do Instituto de Estudos Socioambientais e Colaborador no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Catalão.

ABSTRACT

The article aims to raise questions about how changes occurred in relation to indigenous work, with an emphasis on the Karitiana of Rondônia, as a result of the expansion of capitalism and the methods used to ensure territorial expropriation, reverberating in different forms of violence. Authors such as Marx (2008), Luxemburgo (1970), Hobsbawm (2006), Mendonça (2004), Thomaz Júnior (2012), were used to support the category of labor. In the conceptions arising throughout this article, it can be seen that the ethnocide applied by the European invaders is still present, the various conflicts are still part of the daily lives of indigenous people, in a country where their political representatives whether in the legislative, executive or judiciary, relegate and are ineffective in preventing the invasion of lands and violence against the rest of the original population. The simple act of living for these people is already a (Re)Existence. The methodology adopted was qualitative, with document analysis and field activities. Based on dialectical materialist literature, as a theoretical-conceptual methodological foundation. Thus, with the advancement of techniques in the twentieth century, production and consumption accelerated, resulting in new forms of deterritorialization of ethnicities, forcing international organizations to demand reparations from the Brazilian government. In this way, the World Bank directly influenced the demarcations of indigenous lands in Brazil, it can be said that it was only possible due to the imposition of international organizations.

Keywords: violence; expropriation; (re)existence.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo plantear interrogantes sobre cómo se produjeron cambios en relación al trabajo indígena, con énfasis en los Karitiana de Rondônia, como resultado de la expansión del capitalismo y los métodos utilizados para asegurar la expropiación territorial, reverberando en diferentes formas de violencia. Autores como Marx (2008), Luxemburgo (1970), Hobsbawm (2006), Mendonça (2004), Thomaz Júnior (2012), se utilizaron para sustentar la categoría de trabajo. En las concepciones que surgen a lo largo de este artículo, se puede observar que el etnocidio aplicado por los invasores europeos sigue presente, los diversos conflictos siguen siendo parte del día a día de los pueblos indígenas, en un país en el que sus representantes políticos, ya sea en el legislativo, ejecutivo o judicial, relegan y son ineficaces para prevenir la invasión de tierras y la violencia contra el resto de la población originaria, el simple hecho de vivir para estos pueblos ya es una (Re)Existencia. La metodología adoptada fue cualitativa, con análisis de documentos y actividades de campo. Se basó en la literatura del materialismo dialéctico como fundamento teórico-conceptual. Así, con el avance de las técnicas en el siglo XX, la producción y el consumo se aceleraron, dando lugar a nuevas formas de desterritorialización de las etnicidades, obligando a las organizaciones internacionales a exigir reparaciones al gobierno brasileño. De esta manera, el Banco Mundial influyó directamente en las demarcaciones de tierras indígenas en Brasil, se puede decir que solo fue posible por imposición de organismos internacionales.

Palabras-clave: violencia; expropiación; (re)existencia.

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo refletir a respeito das mudanças em relação ao trabalho indígena com ênfase na etnia Karitiana em Rondônia, como decorrência da expansão do capitalismo, usando métodos diversos para assegurar a espoliação territorial, reverberando em diferentes formas de violência.

Evidenciou-se também o efeito da introdução das técnicas não indígenas que atuaram/atuem diretamente no cotidiano desses povos, levando na maioria das vezes, às mudanças nos costumes e nas formas de organização política, social, econômica, cultural. Destacadamente, a inserção do cristianismo e suas formas, que aos poucos, historicamente, impôs o trabalho escravo e o genocídio.

Para evidênciação do tema escolhido, utilizou-se autores como Marx (2008), Luxemburgo (1970), Hobsbawm (2006), Mendonça (2004), Thomaz Júnior (2012), entre outros para o embasamento das discussões a respeito da categoria trabalho. Os autores coadunam com a perspectiva de que o trabalho é uma relação social de poder, realizada pelo ser humano sobre a natureza e sobre outros homens. Nesta concepção, a piora nas condições de trabalho, de qualificação e de direitos do trabalhador, faz parte do conjunto de transformações do capital, em que o resultado de sua lógica estruturante é a destruição seja da natureza, seja de trabalhadores urbanos, rurais e/ou povos originários e tradicionais que são diretamente afetados com as ações desenvolvimentistas do capital.

No que tange às técnicas como elemento substancial no processo de transformação da natureza, utilizou-se Santos (2004, 2007, 2012) que elucidam a compreensão das técnicas e o uso dos objetos pelas comunidades, enquanto resultado do desenvolvimento do trabalho humano. Deste modo, as técnicas que deveriam ser utilizadas de maneira benéfica à sociedade tornam-se danosas, tanto à natureza quanto aos homens.

Nessa perspectiva tem-se como exemplo a utilização da mão de obra indígena na Amazônia, prioritariamente na extração do látex no século XIX e na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré que teve início na década de 1860 e término em 1912.

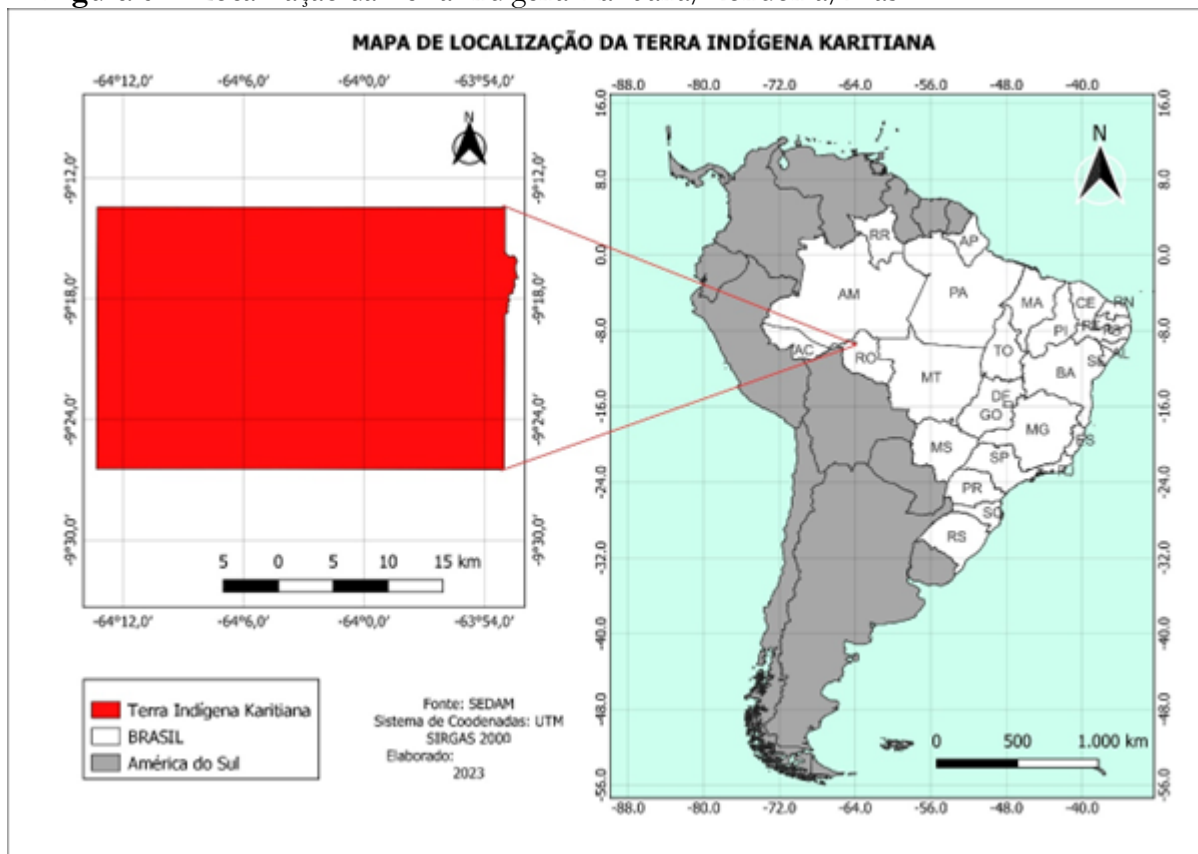
E, para discorrer sobre as especificidades da etnia Karitiana, buscou-se subsídios nos artigos científicos de Moser (1997), Sarde Neto (2013), Da Silva (2021), Almeida Silva (2012) dentre outros autores que auxiliaram a compreensão do processo histórico-cultural que envolve a etnia.

A partir dessa concepção, compreende-se que o meio geográfico é produzido pelas ações humanas, estas materializadas e percebidas com o passar do tempo, denotando transformações sociais que criam e recriam novas territorialidades, na relação outorgada pela técnica entre homem

e meio. Atualmente o uso das técnicas é massivo, diferenciando-se de outras épocas, com a interação da ciência com a técnica, resultando em transformações no meio geográfico impostas pela lógica do capitalismo que afeta os territórios ancestrais.

A atual fase do capitalismo, influencia diretamente nas instituições, suas atividades e nos marcos regulatórios dos Estados neoliberais. De acordo com Luxemburgo (1970) uma parcela da população é privada de toda propriedade e de toda garantia, facilitando a ação das corporações capitalistas que incentivam um trabalho desordenado e fora dos padrões aquisitivos, aumentando ainda mais a miséria. Essas instituições são denominadas por Raffestin (1993), de atores sintagmáticos, que utilizam o poder estatal para legitimar suas vontades. Isso ocorre mediante a aberturas de estradas, grilagem de terras, assassinatos das populações tradicionais, desmatamento e contaminação dos recursos hídricos, diretamente, nas Terras Indígenas, mediante a falta de fiscalização por parte do poder público.

Os sujeitos pesquisados pertencem a etnia Karitiana e vivem na Terra Indígena Karitiana. A demarcação administrativa da TI foi concluída em 1987, tendo sido homologada no ano de 1986. Possui área de 89.682,1380 ha, localizada no município de Porto Velho/Rondônia, conforme Figura 01. Sua população segundo a FUNAI em 2014 era de 333 pessoas.

Figura 01 - Localização da Terra Indígena Karitiana/Rondônia/Brasil

Fonte: Elaboração própria.

A ocupação desta TI de acordo com Moser (1997), Sampaio e Silva (1997), tem seus primeiros contatos com os não indígenas, no final do século XVIII e início do século XIX, anterior a demarcação. Nesta época o grupo indígena habitava nas proximidades onde hoje está localizado o município de Ariquemes, porém com a aproximação da cultura envolvente, para evitar possíveis ameaças e conflitos fugiram e seguiram em direção aos rios Candeias e Jamari. Após novas aproximações dos não indígenas que resultaram em desterritorialização dos indígenas, estes sendo obrigados a seguirem em direção, onde atualmente está demarcado sua terra pela FUNAI, em Porto Velho. Em função da trajetória espacial e das marcas que construíram ao longo dos últimos dois séculos, atualmente, estão pleiteando um território dos seus ancestrais, localizado no município de Candeias.

Devido a esses contatos com a cultura não indígena que causaram a desterritorialização, várias mudanças ocorreram, levando à adoção de práticas capitalistas, impondo aos indígenas a necessidade de buscarem dinheiro em uma dinâmica de troca. Como resultado decorrente por não disporem de capital, a necessidade de dinheiro para adquirir bens surgiu, levando uma parcela dos indígenas a se tornarem mão de obra barata em troca de salários. Além disso, novas funções e narrativas foram incorporadas, como a necessidade de gerar renda para comprar alimentos que não

faziam parte da alimentação tradicional, bem como remédios (alopáticos ou homeopáticos), insumos para cultivo e construção de moradias, roupas, ferramentas e outros produtos industrializados.

Queremos plantar para fazer algo pros nossos filhos, para nossas netas. No futuro nós pensamos, em fazer um roçado, fazer parcerias. Queremos coisas melhores pro nosso lado também. Pois, as pessoas na cidade têm renda! Tem as coisas melhores na cidade. Tem luxo também né? Tem legumes lá, tem família boa lá mesmo. Nós também queremos coisas boas para nossa família, queremos roupa. Pois hoje nós usamos roupa, comemos a alimentação de vocês, essa comida do dia a dia, pão, manteiga, café com leite de manhã né. Esses costumes de vocês, nós também fazemos! (Narrador Karitiana 3, 2023).

Como seres humanos impostos com imposições da sociedade, de empresas e do Estado os Karitianas se organizam cada vez mais para superar as adversidades que lhes são impostas. No entanto, as mudanças nos costumes, adicionando novos hábitos ao seu dia-dia, não os fazem com que deixem de se identificarem como povo Karitiana, a preservação da sua cultura e sua identidade vai muito mais além.

METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa foi utilizado o viés qualitativo, com leituras do documento da Lei 10.803 de 2003, revisão bibliográfica e fontes secundárias, numa abordagem crítica e social. Essa escolha ocorreu devido sua aplicabilidade para desenvolver análises de caráter que identificam as contradições no processo de apropriação espacial e produção dos territórios que resultam em desigualdades espaciais.

A pesquisa de caráter qualitativo participativo, conforme Demo (1992) explicita, se dá nos estudos científicos que são norteados pelas circunstâncias sociais relevantes, priorizando as realidades espaciais. A abordagem metodológica compreende que é necessário um diálogo permanente dos sujeitos da pesquisa numa relação dialética com a totalidade espacial. Para tanto, desenvolver análises que possuem um caráter de justiça social e cidadania, em que os sujeitos pesquisados sejam os protagonistas torna-se premente e, ao mesmo tempo, um desafio.

De acordo com Gil (1987) a ciência pode esclarecer e estudar os homens, evidenciando a maneira como estes concebem o mundo que os cerca, com seus sistemas e suas compreensões. Passa a ter consciência dos fenômenos humanos com a finalidade de descrevê-los, como funcionam suas variações e, se são acompanhadas de modificações correspondentes a solução de problemas, tendo como parâmetro uma atividade científica.

Desta maneira, na perspectiva de pesquisa qualitativa, participativa e tipologias explicativa e descritiva buscou-se observar, analisar e compreender as relações de exploração do trabalho entre

a etnia Karitiana e os não indígenas, a partir da compreensão apresentada por Lefebvre (1976), quando propôs a justiça social.

Essa concepção nos fornece embasamento para auxiliar na compreensão das ações indígenas, na medida em que, são seres humanos que carecem manter-se continuamente, em luta política, perante os conflitos e pressões dos quais foram e ainda continuam sendo vítimas.

No sentido de entender o materialismo histórico-dialético, Besse e Caveing (1970, p. 146), indica que na perspectiva teórico-metodológica que se procura explicar as coisas do mundo e, para tal, a fazem observando. A dialética nos ensina que, para compreender um fenômeno, é necessário conectá-lo a outros, conhecer o início de sua ação, cujo desenvolvimento continua no tempo ou no espaço. Isso implica apreender suas contradições, tendo por princípio que a realidade é dialética.

Konder (2008), complementa o raciocínio quando esclarece que a perspectiva materialista dialética está voltada para resguardar as especificidades produzidas pelo homem. Diz ainda que o terreno em que a dialética pode verificar de maneira esclarecedora aquilo de que é capaz, não é o terreno dos fenômenos quantificáveis da natureza, mas, o da história humana, ou seja, as mudanças da sociedade.

TRABALHO, TÉCNICA E ESCRAVIDÃO

Na relação homem natureza, o trabalho faz parte do seu cotidiano, por meio dele o indivíduo produz elementos essenciais a sua vida. Os homens adquirem seus alimentos e através da transformação da natureza constroem suas moradias que lhe dá abrigo das intempéries naturais e das ameaças iminentes. Nas sociedades indígenas, o trabalho segundo Sahlis (1970, p. 126-127) está relacionado com a vida, não há hora e nem um lugar específico para sua execução, já na perspectiva capitalista o trabalho é um "mal necessário tolerado para benefício da vida", já nas sociedades tribais "[...] a consumação da não-alienação do trabalho é a união mística entre o homem e os objetos de seu trabalho". Neste sentido para os grupos tribais "a terra representa, simbolicamente os produtores, e os produtos de seus esforços representam-nos animisticamente" cada objeto do trabalho possui um valor simbólico seja para alimentar, caçar, vestir, curar, desta maneira "o trabalhador é o agenciador do intercâmbio simbólico com as coisas".

Para Marx (2008) o trabalho foi primeiramente uma extensão da atividade natural do homem e no capitalismo o trabalho adquire o valor de troca. A maioria da sociedade, que é expropriada de todos os meios de produção, vende sua força de trabalho. O autor, destaca a relevância do trabalho como atividade produtiva fundamental para o desenvolvimento econômico, sendo a verdadeira produtora da riqueza. Para ele, o trabalho assinala uma exploração econômica

em que o homem está alienado da forma de produção e reprodução das mercadorias produzidas tanto de maneira sucessiva e mecanizado, pois na sociedade capitalista, o trabalhador não domina o processo de produção e, ao final não se reconhece enquanto parte fundamental para que o produto exista enquanto mercadoria.

De acordo com Mendonça (2004, p. 92), com o passar dos tempos os processos históricos desenvolvidos na humanização do meio ambiente e do próprio ser-humano, os modos de exploração do ser-humano pelo ser-humano foram aperfeiçoados. Nessa concepção, a “[...] escravidão e servidão são formas de trabalho que já foram hegemônicas na história humana. Todavia, a forma mais moderna e aceitável do trabalho como relação social é o assalariamento”.

Como lembrança a respeito da questão da escravidão indígena na obra “As veias abertas da América Latina”, Galeano evidencia como os indígenas eram tratados pela igreja e pelos reis europeus que invadiram e espoliaram seus territórios e ainda impunham suas leis.

Três anos depois do descobrimento, Cristóvão Colombo, pessoalmente, comandou uma campanha militar contra os indígenas da Dominicana. Um punhado de cavaleiros, 200 infantes e uns quantos cães especialmente adestrados para o ataque dizimaram os índios. Mais de 500, enviados para a Espanha, foram vendidos como escravos em Sevilha e morreram miseravelmente. No entanto, alguns teólogos protestaram, e a escravização dos índios foi formalmente proibida no século XVI. Na verdade, não foi proibida, foi abençoada: antes de cada ação militar, os capitães da conquista deviam ler para os índios, na presença de um tabelião, um extenso e retórico Requerimento que os exortava à conversão à santa fé católica: “Se não o fizerdes, ou se o fizerdes maliciosamente, com dilação, certifico-vos que, com a ajuda de Deus, agirei poderosamente contra vós e vos farei guerra da maneira que puder em todos os lugares, submetendo-vos ao jugo e à obediência da Igreja e de Sua Majestade, e tomarei vossas mulheres e vossos filhos e vos farei escravos e como tais sereis vendidos, dispondo de vós como Sua Majestade ordenar, e tomarei vossos bens e farei contra vós todos os males e danos que puder [...]” (Galeano, 2012, p. 15).

A invasão dos territórios no continente americano ameaçou a existência das etnias indígenas. Uma foram dizimadas, outras foram escravizadas, estupradas, mutiladas e na contemporaneidade são menosprezadas e subjugadas. São séculos de opressão em que os indígenas lutam para existirem.

Na legislação brasileira atual o trabalho escravo (condição análoga à de escravo) está normatizado, conforme a Lei n. 10.803 de 2003, a qual altera as penalizações imposta no Art. 149 do Decreto-Lei n. 2.848 de 1940, explicitando que:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Pena – reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. § 1º Nas mesmas penas incorre quem: I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de

documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem (Brasil, 2003).

Desta forma, as penalizações impostas não existiam em parte do período republicano, quiçá no período em que o Brasil ainda era tido como colônia, em que vigorava a escravização indígena. Estes direitos são recentes presentes no século XXI, dessa maneira pode ser sentido o descaso para com a defesa dos brasileiros sejam eles indígenas ou não, pois esse tipo de abuso de poder para com o outro ser humano, foi praticado por séculos no país deliberadamente, e mesmo com a abolição da escravidão, ainda se tem na sociedade brasileira homens e mulheres escravizados.

As civilizações de acordo com Santos (2014), frequentemente criam e recriam formas de domínio dos elementos da natureza, em diversos lugares, mostraram uma notável capacidade de comando destes, e com as sucessões históricas advindas do sistema capitalista, ocorreu o processo de expansão e unificação das técnicas. Hobsbawm (2006) aponta que a interação homem e natureza determina o uso e tipo de ação a ser realizada, pois depende do nível de apropriação e de como é concebido a relação homem-natureza. Na atualidade o capitalismo coloca o homem como dominador sobre todos os elementos naturais e artificiais, e tal dominação é também realizada sobre outros homens.

No caso dos indígenas o contato com o branco e suas diferenças promoveram transformação e violência, pois o uso das técnicas estava voltado para a exploração e expropriação dos elementos da natureza que passaram a ser considerados como recursos. Os primeiros contatos que as populações indígenas da Amazônia tiveram com os não indígenas, segundo Almeida Silva (2012) foram nos períodos que os invasores buscavam metais preciosos, por meio das missões religiosas por volta do ano 1688, e em particular no atual Estado de Rondônia em 1714. Estes religiosos exerceram grande influência territorial na Amazônia, em especial os jesuítas que foram expulsos por determinação do Marquês de Pombal em meados do século XVI¹.

Neste período, o foco não era o povoamento do não indígena da terra pelos invasores, todavia, resultou no choque das populações indígenas, gerando inúmeros confrontos e escravização destes. Muitos dos dados referentes as etnias no Brasil foram perdidos, pois não houve por parte

¹ Ao tratar da Companhia de Jesus, Glielmo (2010, p. 07) aponta que ocorreu um choque de interesses entre a coroa e os religiosos, pois; “o projeto português para a Amazônia, que continha no seu bojo aspectos da Ilustração. Entrou em choque com o poder dos missionários da Companhia de Jesus, os quais controlavam parte considerável da política daquele Estado, resultando na expulsão dos padres jesuítas do Estado Grão-Pará e Maranhão. Os desentendimentos entre o governador Mendonça Furtado e os jesuítas paraenses estenderam-se para o reino, contribuindo para a proscrição da Companhia de Jesus dos domínios do Império português. Outro resultado significativo da entenda foi sua contribuição para a anulação do Tratado de Madrid, substituído pelo Tratado de El Pardo de 1761.

do invasor nenhuma preocupação em catalogar as línguas e informações culturais do povo indígena brasileiro. O Censo (2010) aponta para a existência de:

274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Essas declarações ultrapassaram as estimativas iniciais feitas pela FUNAI. Entretanto, no que diz respeito aos números totais de língua e etnia, há ainda há necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia (FUNAI, 2013, p. 04).

O final do século XIX e início do século XX, que remete aos ciclos de extração da borracha na Amazônia foi um período avassalador para muitos grupos indígenas que tiveram seus territórios invadidos por homens motivados pela ganância e busca de enriquecimento, utilizando para o processo de extrativismo do látex da seringueira amazônica a exploração não somente do indígena, mas, de nordestinos².

Nesse período os países industrializados já concentravam atividades produtivas destinadas a transformar matéria-prima em produtos de alto nível de mercado para consumo, pois, a utilização de máquinas e fontes de energias, tais como carvão mineral e o petróleo já estavam em andamento, com especialização do trabalho, produção em larga escala, devido a mecanização ter se ampliado do setor têxtil para a setor metalúrgico, agregando grande número de trabalhadores, processo denominado como a 2ª Revolução Industrial.

Para Santos (2012, p. 29), o trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. As épocas econômicas se diferenciam uma das outras pelos tipos de instrumentos de trabalho, ou como se faz, e não o que se faz. Assim, o autor conceitua que as “técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Desta maneira, a evolução das técnicas está entrelaçada nas relações sociais, como as de trabalho desenvolvidas no processo de produção e envolvida em todos os graus da evolução social. De acordo com Luxemburgo (1970, p. 12), é “[...] uma unidade formada por dois elementos distintos, embora intimamente relacionados: as condições técnicas e as sociais, isto é, da relação dos homens com a natureza e das relações dos homens entre si”. A reprodução acontece no mesmo nível e depende de ambos os fatores, ficando dessa maneira como homem-natureza, homem-máquina, homem-homem.

² Segundo Gomes (2018), a escassez de trabalhadores na Amazônia coincidiu ao mesmo tempo em que o Nordeste brasileiro enfrentava uma severa seca entre 1877 e 1879. Isso resultou numa intensa migração de agricultores empobrecidos do sertão rumo à Amazônia, estimulados a se deslocar para lá e suprir a mão de obra na extração do látex, posteriormente chamados de seringueiros.

Para Mendonça (2004, p. 70), “[...] as condições de produção são as condições de reprodução e carecem das condições técnicas e, no capitalismo, principalmente, das condições sociais, explicitando as formas históricas de apropriação”, evidenciada nas relações sociais desenvolvidas na relação homem-natureza. Nesta perspectiva, enquanto o indígena utilizava a extração da seiva da *hevea brasiliense* para utilizar em seu vestuário e em utensílios, o europeu a utilizava para a indústria na transformação e comercialização em larga escala.

No capitalismo, as contradições envoltas no progresso técnico têm certa objetividade que para Santos está diretamente relacionada às intencionalidades.

Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a segurança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destruir a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (Santos, 2012, p. 2017).

Nesta perspectiva, o Estado brasileiro influenciou uma leva de trabalhadores a migrarem para Amazônia, em específico onde atualmente é a unidade federativa Rondônia, utilizando o discurso que este *território apresenta grandes potenciais de desenvolvimento*. Esta afirmação carregada de esperança para uns e de tragédia para outros, foi presente em praticamente todas as fases de formação territorial rondoniense.

Para Accioly (2022, p. 09), não houve desenvolvimento em nenhuma das fases exploratórias, pois “[...] foram ciclos exploratórios, passando-se pela borracha desde o século XIX, e ao do longo século XX pelas explorações de minério, madeira, gado, e da capacidade hídrica energética de seus rios” e em cada um desses eventos os povos tradicionais foram impactados com violência, expropriação e morte.

O modelo de desenvolvimento brasileiro, tem sua inclinação estrutural para excluir a população que não tem condições econômicas e financeiras das vantagens da acumulação e do progresso técnico. “Assim, a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular” a violência e expropriação (Furtado, 1974, p. 111-112).

Porto-Gonçalves (1987), indica que o caminho para compreender a relação do homem com a natureza se dá quando é conhecido o processo de trabalho, na realização da transformação dos elementos da natureza em objetos para comercialização, mas além destes as relações entre os seres humanos como mercadorias, onde grupos sociais impõem regras e excluem outros. Nesta perspectiva, o processo que envolveu os indígenas Karitiana e suas relações sociais de produção de

trabalho foi desterritorializante, violento e mortal, pois expulsou a etnia de seu território, aqueles que não cooperaram sofreram com agressões e invasões em suas terras.

Sarde Neto (2013, p. 47), descreveu relatos de entrevistas de antigas lideranças indígenas, em que, os seringalistas no início ofertavam presentes para conquistar a amizade e companheirismo. Depois de um determinado período em que os indígenas já estavam acostumados com os utensílios começavam a utilizá-los como pagamento pelo trabalho, “a recusa dava origem à violência imposta para cooptação nos serviços dos seringais. Neste período foram contaminados com a gripe”.

Seguindo a perspectiva de Santos (2012), Marx (2008), Mendonça (2004), Porto Gonçalves (1987, p. 27), é preciso ir além da ideia de que o homem transforma o meio, é necessário saber que existe interesse de classes, relações de grupos de diferentes tipos, e que estes mantêm relações uns com os outros. A compreensão das relações dos homens entre si, revela a compreensão dos homens com a natureza e estas relações não ocorrem diretamente com a natureza e de forma isolada. Muitas vezes ouvimos discursos de que “os homens estão destruindo a natureza”. No entanto, a esse respeito questiona-se:

Que homens são estes?" Na nossa sociedade, as pessoas não são igualmente responsáveis por esta relação de destruição. Quem é o dono da terra? São todos os homens? Existem homens que são proprietários de terras, que decidem quantos trabalhadores precisam e o que vai ser feito dessas terras. É o caso interessante do usineiro diabético que manda produzir açúcar porque não tem a menor identidade com o que produz, desde que dê lucro... Isto porque o objetivo, na nossa sociedade, é a valorização dos investimentos e, se um determinado indivíduo não é o dono da terra, dos meios de produção, ou ele faz o que o dono da terra determina ou ele é despedido. Assim, mesmo que ele não queira cortar a floresta para plantar cana-de-açúcar, qual é a alternativa que lhe resta? Deste modo, as pessoas, nesta sociedade, não têm iguais responsabilidades perante a relação homem-natureza; deve-se entender muito bem as relações sociais que os homens estabelecem para produzir, ou então não será possível entender por que a natureza, nesta sociedade, é usada para tais fins (Porto Gonçalves, 1987, p. 26-27).

Quanto a essas relações sociais que os homens estabelecem nas relações de produção, Mendonça (2015, p. 08), é bastante elucidativo quando trata da produção de mercadorias que são submissas as regras do mercado: “[...] não estabelece limites e não conhece nenhuma outra lógica que não seja a de ampliar, significativamente, as condições de geração do lucro. Não importa se os solos estão sendo mortos”, se existe ou não bem-estar social para quem produz, se são produtos de trabalhadores escravizados ou se o meio ambiente está sendo destruído.

Para Luxemburgo (1970), quando reflete a respeito das populações *menos avançadas* tecnologicamente ou como ela coloca, as “sociedades primitivas”, em relação a acumulação do capital, diz que, estas foram expropriadas de suas terras, tiveram sua força de trabalho utilizada contra sua vontade, pela força do invasor europeu. Isso possibilitou ao capitalismo uma capacidade de expansão que acontece de modo súbito, e não pode esperar pela separação dos elementos

constitutivos das formas não capitalistas e sua transição para uma economia de mercado. O capital só reconhece o uso da violência para solucionar qualquer problema. Este é o modo usado permanentemente para a acumulação de capital, desde seu nascimento até os dias atuais, resultando para as sociedades mais vulneráveis a morte.

Os indígenas incorporaram muitas técnicas e ferramentas utilizadas pela cultura envolvente para execução de seus trabalhos, isso vem ocorrendo com muitos outros povos tradicionais. Na visão de Santos (2007), nesse último século houve uma aceleração nas mutações, obrigando cada vez mais as sociedades a utilizarem técnicas produzidas por outros povos, para produzirem aquilo que muitas vezes não tem necessidade. Segundo o autor, é nesta relação que o homem animal se promoveu em homem social, visto que, isso é ocasionado pelo ato de produzir. Para Santos (2004, p. 22), “[...] a produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio”.

Porto Gonçalves (1987) utiliza exemplos de como foi para tribos indígenas a introdução de determinadas ferramentas no seu dia-dia, como o exemplo do machado. Segundo o autor, certas tribos indígenas que trabalhavam o triplo de horas para garantir o necessário à sua sobrevivência, conseguiram reduzir para apenas duas horas ao utilizar tal ferramenta. Com isso, obtiveram mais tempo livre para suas recreações, cantos entre outros desejos que faziam parte de seu modo de vida, visto que, o trabalho para os indígenas existia para suprir suas necessidades básicas.

A utilização de técnicas ou ferramentas na concepção capitalista, como o exemplo do machado, usado por duas horas para obtenção do sustento, resultariam em três a quatro horas para aumentar sua produção, assim sendo, produziriam um excedente para comercialização. Desta maneira, a relação homem-natureza são diferentes entre o indígena e o não indígena. Ao produzir seu arco e sua flexa, que são utilizados para caça e pesca, ele idealiza seus instrumentos de trabalho e o fabrica com suas próprias mãos, manipulando em suas tarefas do seu dia-dia, quase como um prolongamento do seu corpo.

Nesse sentido, de acordo com Harvey (2009), o capitalismo, é executado por atores que o estimula a excluir tudo o que pode impedir ou atrasar sua territorialização espacial. Com isso, *aniquila* o espaço por meio do tempo, produzindo um espaço fixo direcionado a reprodução para comercialização.

Logo, o capitalismo produz uma paisagem geográfica (de relações espaciais, de organização territorial e de sistemas de lugares ligados por meio de uma divisão “global” do trabalho e de funções) apropriada à sua própria dinâmica de acumulação num momento particular de sua história, simplesmente para ter de reduzir a escombros e reconstruir essa paisagem geográfica a fim de acomodar a acumulação num estágio ulterior (Harvey, 2009, p. 86-87).

A construção de um sistema base designada a tornar os deslocamentos e auxílio nas atividades de produção, troca, consumo e distribuição, desempenha uma ação sobre os territórios. Para isso, insere-se cada vez mais capital nesses espaços, criando uma estrutura de recursos, geograficamente organizada e direcionada a recriar mais exclusões sociais.

Um breve contexto do espaço tempo de Rondônia e dos Karitiana

A história de criação da unidade federativa Rondônia, segundo Trubiliano (2017), Da Silva (2021), Théry (2012), está diretamente ligada a seis projetos capitalistas que incorporam o discurso da modernização da fronteira amazônica, ancorado na tese do *vazio demográfico* e da necessidade da integração territorial do Brasil. O primeiro projeto foi a exploração da *bevea brasiliensis* com dois ciclos econômicos: um entre 1880 e 1910 e o outro entre 1942 e 1945 (segunda guerra mundial); o segundo projeto foi a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) entre os anos de 1907 e 1912 (nunca foi concluída, deixando um rastro de mortes); o terceiro, no mesmo período das obras da ferrovia foi a instalação das Linhas Telegráficas; o quarto, na década de 1960, foi a construção da BR-364; o quinto projeto a construção do complexo hidrelétrico; e o último ocorreu/ocorre com a expansão da mineração e do agrohidronegócio, os quais consolidaram a degradação ambiental, a expropriação de terras e assassinato das populações tradicionais, principalmente indígenas.

O motivo da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré esteve diretamente relacionado aos ciclos da borracha. Nesse sentido foi planejada para o escoamento da produção da borracha na Amazônia. Nesse período as narrativas produzidas pelos não indígenas quanto às dificuldades e desafios encontrados para executar seus empreendimentos, é de que *era um inferno*, no entanto, na perspectiva de serem bem-sucedidos economicamente, os atores sintagmáticos mudavam o discurso para o de um *céu de esperanças* ou um novo eldorado.

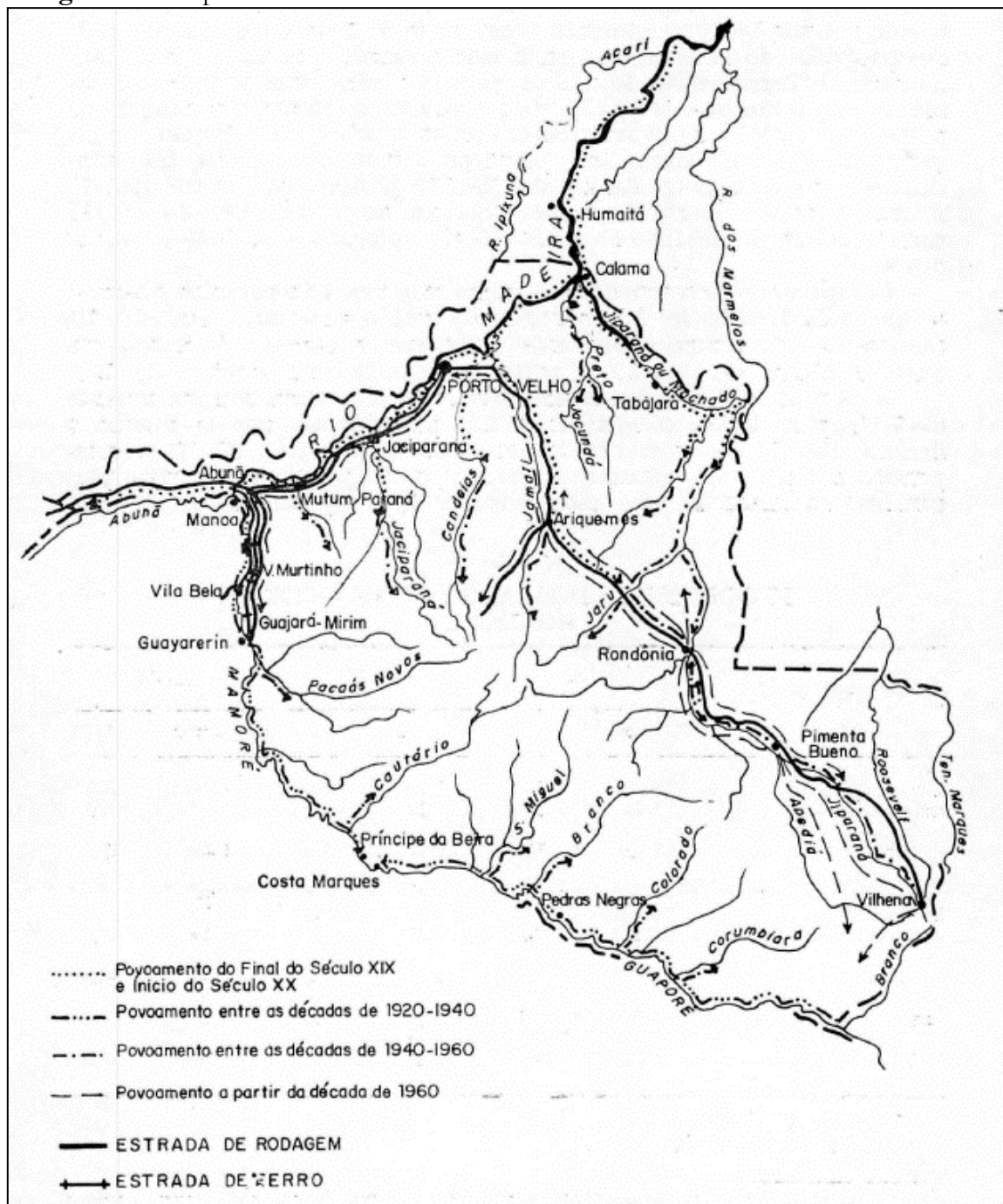
Na busca das condições de geração/produção do lucro, ignoraram os vários grupos indígenas, que logo após foram cooptados para coleta da seiva da seringueira e instalação da ferrovia. Para Martins (1971, p. 13), não foram bem-sucedidos, pois “as empresas Public Works Construction Company (1872) e P. & T. Collins (1878), a primeira inglesa e a segunda norte-americana, ambas empenhadas na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” não efetivaram a entrega. Mesmo assim, o impacto causado aos indígenas foi enorme, devido as endemias que os não indígenas trouxeram e pela escravização.

De acordo com Da Silva (2021), quando as expedições de Rondon chegaram à região onde atualmente está localizado o Estado de Rondônia, encontraram os Karitiana trabalhando para os

seringueiros de origem boliviana, que ocupavam nos meados de século XVII a área. Os relatos que se tem na literatura da época é que quase sempre colocavam os indígenas como violentos e/ou selvagens, que atacavam os “pioneiros, desbravadores” etc., ignorando o que realmente estava ocorrendo. Os ataques aos territórios que já eram habitados por esses povos, os obrigava a defesa, resultando em morte, extinção ou desterritorialização, pois tiveram que mudar muitas vezes, fugindo de seus territórios em busca de outras áreas para habitação e existência. Disso decorreu outro resultado conflituoso, pois em fuga os indígenas iam ao encontro com o território de outros grupos étnicos gerando novos conflitos. De acordo com Sarde Neto (2013), durante o auge da produção da borracha, os Karitiana sobreviveram à muitas perseguições e confrontos, devido ao seu território estar localizado na área de extração da *hevea brasiliensis*, e na década de 1950 passar a ser área de mineração de cassiterita.

Durante muito tempo o Estado e a elite brasileira econômica estiveram comprometidos na ocupação da região amazônica brasileira, com a argumentação de ocupação dos espaços “vazios”, e uma discussão civilizacional. Em outras palavras, estavam interessados em que houvesse o controle do Estado, propulsor do sistema capitalista, por conta de que esses territórios eram habitados por povos tradicionais. As políticas indigenistas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) que logo depois tornara-se FUNAI, foram completamente inferiorizadas ou subordinadas aos outros órgãos estatais, para concretização dos planos de construção de estradas e hidrelétricas.

De acordo com Trubiliano (2017, p. 55), após o Império, o Estado brasileiro decidiu algumas medidas, que objetivavam a expansão de unidades militares na Amazônia e para tal foi implementada “[...] a construção das Linhas Telegráficas e de ferrovias, como a Madeira-Mamoré e a Noroeste do Brasil – consideradas, pela elite da política brasileira do início do século XX, obras civilizacionais capazes de integrar a nação” e desenvolver economicamente o interior do país.

Figura 02 - Mapa das Frentes de Povoamento de Rondônia

Fonte: Valverde (1979, p. 67).

Porém, o que se percebeu é que todos esses projetos, programas e iniciativas políticas surgiram de fora desses territórios. Ott (2002) explana que estes, não foram pensados para as populações que ali viviam ou que migraram para essas regiões. Nos últimos anos ou décadas observa-se uma interminável continuidade de projetos, programas e políticas territoriais que foram destinadas, não somente para Rondônia, mas, para toda Amazônia com o intuito de controlar o território e assegurar a expansão econômica.

Foram inúmeros projetos propostos e postos em prática. Como evidencia Valverde (1979) a Rodovia Transamazônica atravessou a floresta de leste a oeste, projetada para integrar o norte do Brasil ao restante do país, inaugurada no período militar, ainda inacabada, com vários trechos a serem pavimentados.

O impacto territorial para os indígenas na Amazônia foi imensurável, quando colocaram em prática, a exemplo, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (Polonoroeste), do qual fazia parte, o Programa de Integração Nacional (PIN); e a partir deste foram estabelecidos o Projeto Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Rápido (PAR). E como uma *possível correção* aos problemas ambientais, com os povos originários e tradicionais, foi colocado em prática mais um programa, o Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro).

Como exemplo do impacto, Ott (2002), já projetou em suas análises o quase etnocídio dos Karitiana, que no ano de 2005 conforme evidencia o mapa de conflitos da Fiocruz³ (2024) havia apenas 4 indígenas. No local onde antes teve uma *picada na mata* com postes de telégrafo ligando Cuiabá/Porto Velho onde ocorreu os primeiros contatos desse grupo, agora existe uma estrada asfaltada.

Os ciclos da borracha e os grandes projetos e empreendimentos como a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, fomentaram a migração de trabalhadores nordestinos e de outras regiões. Mas, segundo Borges (2012), Coy (1987, 1988), Théry (2012), Becker (2001), a colonização oficial em Rondônia ocorreu com o Programa de Integração Nacional (PIN) no ano de 1970 e os projetos decorrentes.

O grande vetor para acesso dessa migração tendo como eixo principal para formação das principais cidades foi a Rodovia BR-364. Além dos problemas ambientais que os programas de colonização trouxeram, devido ao desmatamento provocado pelos novos colonos, os indígenas foram bastante impactados pelos conflitos que surgiram e com as doenças que adquiriram, por não terem anticorpos para muitas das enfermidades, que para eles eram desconhecidas, tais como gripe, sarampo além de muitas outras.

De acordo com Ott (2002), apesar da escravização, mortes e perda dos territórios sofrida por povos indígenas, um discurso carregado de pré-conceitos era propagado. Após a aplicação de projetos de colonização do Estado, criou-se no imaginário que o índio era improdutivo e preguiçoso, e que estes eram os grandes empecilhos para o dito “progresso” e “desenvolvimento”, motivo pelo qual grande parte da população na atualidade ainda acredita nesses discursos e propaga a ideia contra a demarcação de terras e preservação dos povos originários.

³ Consultar: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-madeireiros-ameacam-a-terra-indigena-karipuna/>

E, ainda no século XX a prática de subjugação da cultura e religião se fez e continua a se fazer presente como afirma o narrador 2 “*o meu pai foi evangelizado com 15 anos de idade, ele foi levado para os Jocum, na época era SUMMER⁴, meu pai conta pra nós, foi onde ele traduziu a bíblia, e foi onde que ele fez o curso nessas coisas, então desde jovem meu pai foi cristão*” (Narrador Karitiana 2, 2023). As ações que diretamente foram executadas para impor ao indígena uma nova cultura, religião e trabalho, desenvolvidas por entidades religiosas que utilizavam o poder que o Estado brasileiro lhes concedia para desenvolver novos cristãos e futuros trabalhadores.

Na contemporaneidade os Karitiana se veem de um lado a necessidade do trabalho de outro a necessidade de terem sua identidade e cultura aceitos, pois com o avanço do capitalismo eles tentam cultivar a terra, trabalham com artesanato, alguns como servidores público da (Fundação Nacional do Índio) Funai e da Secretária de Educação (SEDUC/RO) e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS/RO):

Hoje em dia nós vivemos como profissionais da saúde, da educação e até mesmo na Funai. No estado são os professores indígenas, acho que é 1% do povo, acho que é funcionário do estado e nós temos que é profissionais contratado, é indígena dentro da SESAI também, que são aí esse exame, alguma técnica de enfermagem. E tem os que não tem contrato, esse vive de pesca, vive de caça e precisa comprar os seus mantimentos com qualquer um, arroz, feijão, porque a gente hoje não vive mais só de macaxeira, de farinha, de pamonha, não vive mais. Isso porque hoje as mulheres, crianças precisam de proteínas e vitaminas para estar bem, né, para ter saúde, ficar bom gente. Tem que ter água tratada né. Então a gente vive como qualquer um, se não tiver nada, se não comprar cartucho hoje, a gente não come, principalmente isso daí, o ponto mais importante para gente, é a caça (Narrador Karitiana 2, 2023).

Desta maneira, os Karitiana de Rondônia sofrem os efeitos no seu modo de vida. A devastação do meio ambiente devido aos grandes projetos de colonização, implantação de hidrelétricas, pecuária, mineração, a caça e a pesca tornaram-se mais escassas, os rios poluídos com mercúrio devido aos garimpos prejudicam diretamente a saúde. Todos esses impactos não tirou a motivação de permanecerem na terra e tentarem com estudo e trabalho no campo ou em instituições manterem-se sua identidade cultural.

Neste ano (2022), está tendo a interferência política na indicação dos profissionais da saúde indígena, é porque o profissional que atende os indígenas é diferenciado. Tem que ser diferenciado, ser respeitado e ter cuidado na especificidade, e na nossa cultura, com todos nós, não só os Karitiana, mas com todos os indígenas. Só que colocaram uma enfermeira chefe aqui só para perseguir, ele tirou o nosso profissional de 11 anos de muita experiência com a gente. E ela diz que a demissão da enfermeira que atendia a gente demissão de justa causa. O que eles não entendem que para nossas mulheres, crianças e até mesmo nós fazermos exame temos que confiar na enfermeira, as mulheres estão adoecendo, não querem fazer o exame de mama e o preventivo. Principalmente as mulheres precisam confiar na enfermeira os exames porque se não ela não faz. Aí fica baixa atribuição e aí quem se passa de ruim é a enfermeira, porque não entendem, porque não tem diálogo, sem credibilidade e aí a pessoa já sabe, a gente fala, enquanto as

⁴ Segundo Vander Velden (2004), entre 1972 e 1977, o casal de missionários David e Rachel Landin, junto com seus filhos, que estavam ligados ao Summer Institute of Linguistics (SIL), viveram entre os Karitiana com a finalidade de aprender sua língua e, posteriormente, realizar a tradução do Novo Testamento. O instituto tem como objetivo principal traduzir o Novo Testamento para línguas ágrafas, ou seja, aquelas que não possuem escrita.

pessoas estão morrendo, câncer de mama. Então é a nossa revolta porque, estão demitindo os profissionais antigos e colocando a pessoa nova que não tem experiência (Narrador Karitiana 1, 2022).

Por fim, a ineficiência dos órgãos estatais são motivos constantes das manifestações/reivindicações pela manutenção de seus territórios e por melhorias na saúde, educação, segurança por parte não só do povo Karitiana.

CONSIDERAÇÕES

Conforme descrito no decorrer deste artigo, pôde ser constatado que o etnocídio dos povos indígenas aplicado pelos invasores europeus, ainda se encontra presente, pois diversos conflitos territoriais fazem parte do cotidiano dos indígenas. Em um país em que seus representantes políticos, seja no legislativo, executivo ou judiciário relegam, perseguem e *dão a licença* para invadir as terras, as múltiplas formas de violência contra a população originária são ações constantes. O *simple* ato de viver para esses povos já é uma (Re)Existência.

Uma das mudanças drásticas do contato com o não indígena, foi a alteração no modo de trabalho dos povos indígenas, pois estes foram obrigados a utilizar sua força de trabalho, escravizados e coagidos. O que podiam fazer era trabalhar até conseguirem a fuga ou a morte. Mesmo no século XX com a brevidade do governo republicano e com mais de vinte anos de ditadura os indígenas continuaram sendo perseguidos e escravizados para colocar em prática o dito desenvolvimento, tidos como inexistentes pelos governos, que projetaram os planos de ocupação com as frentes migratórias para a Amazonia brasileira, tida como *vazio demográfico*. Isso tudo com a intenção civilizatória que foi ensinada pelos invasores do país, ou seja, para ser civilizado tem que ser trabalhador, cristão, envolvido dentro do sistema capitalista, onde prega-se o consumo e a utilização dos elementos da natureza indiscriminadamente.

Desta maneira, com o avanço das técnicas no século XX, houve um aceleração na forma de produção e consumo, o que resultou em novas formas de desterritorialização das etnias, obrigando que organismos internacionais exigissem do governo brasileiro uma reparação. Estes receberam uma quantia elevada (soma de dinheiro) do Banco Mundial para realizar as demarcações das Terras indígenas no Brasil. Desta maneira, pode-se dizer que o ato de demarcar parcela dos territórios indígenas foi possível devido a imposição dos organismos internacionais. No contexto atual, os povos originários se tornaram reféns de todos os avanços tecnológicos e viram seus habitats serem invadidos pelo não indígena na busca de matéria prima e especiarias de todas as espécies. Em seguida testemunharam grandes projetos estatais hidrelétricos, de mineração e de abertura e pavimentação de estradas para serem postos em prática projetos de ocupação, que ocasionaram grandes danos sociais e ambientais.

Sendo obrigados a fazer parte deste processo capitalista os Karitiana de Rondônia, sofreram diretamente com a execução dos projetos da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, POLONOROESTE, Programa de Integração Nacional (PIN), Projetos Integrado de Colonização (PIC), Projeto de Assentamento Dirigido (PAD), Projeto de Assentamento Rápido (PAR) e a abertura da BR-364 que foi o eixo principal da formação das primeiras cidades de Rondônia.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Nathalia Maria Gonzaga; MADEIRA FILHO, Wilson. O último dos Karitianas: the last of the Karitians. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 10, p. 70379-70395, oct. 2022. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv8n10-359>

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. A questão indígena e os projetos de desenvolvimento na Amazônia Ocidental. **Revista Ciência Geográfica**, Bauru, v. 16, n. 1, p. 8-14, jan./dez. 2012. Disponível: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_02.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

BECKER, Bertha Koiffmann. Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência: revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 6, n. 12, p. 135-159, set. 2001. ISSN 2176-9729 versão *online*.

BESSE, Guy; CAVEING, Maurice. **Politzer - princípios fundamentais de filosofia**. São Paulo: Hemus, 1970.

BORGES, Luciana Riça Mourão. **Políticas territoriais na fronteira: o programa de aceleração do crescimento e as transformações em Rondônia no início do séc. XXI**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRASIL. **Lei Nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003**. Altera o art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.803.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de fronteira, o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, Catherine (org.) **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988. p. 167-194. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

COY, Martin. Rondônia: frente pioneira e Programa POIONOROESTE: o processo de diferenciação sócio econômica na periferia e os limites do planejamento público. **Tübinger Geographische Studien**, Tübingen, n. 95, p. 253-270, 1987.

DA SILVA, Carlandio Alves. **Espacialização das pressões do avanço do capitalismo nas áreas indígenas do Estado de Rondônia- Brasil**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

FIOCRUZ. Mapa de Conflitos. Disponível em:
<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ro-madeireiros-ameacam-a-terra-indigena-karipuna/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

FUNAI. **O Brasil indígena**. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. Disponível em:
<https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-dez/pdf-brasil-ind.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2024.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GLIELMO, Gustavo Ferreira. **O projeto português para a Amazônia e a Companhia de Jesus (1751-1759): reflexos do confronto entre absolutismo ilustrado e poder religioso na América Equinocial**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

GOMES, Carlos Valério Aguiar. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan./abr. 2018. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222018000100007>

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

HOBSBAWM, Erik. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalista**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 04-40.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política: el derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARTINS, Marseno Alvin. **A Amazônia e nós**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As transformações espaciais no campo e os conflitos pelo acesso a terra e a água: as novas territorialidades do agrohidronegócio em Goiás. **PEGADA-A**

Revista do Trabalho, Presidente Prudente, SP, v. 16, p. 3-15, 2015. Número Especial. DOI:
<https://doi.org/10.33026/peg.v16i0.3535>

MOSER, Lilian Maria. **Os Karitiana no processo de desenvolvimento de Rondônia nas décadas de 1950 a 1990**. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento ao desenvolvimento dos projetos: o PLANAFLORO em Rondônia**. 2002. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAHLINS, Marshall. **Sociedades tribais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

SAMPAIO, Wany; SILVA, Vera. **Os povos indígenas de Rondônia**. Porto Velho: Edufro, 1997.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 2012.

SANTOS, Milton. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora USP, 2007.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora USP, 2004.

SARDE NETO, Emílio. **Cosmografia Karitiana: território, educação e identidade étnica em Rondônia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2013.

THÉRY, Hervé. **Rondônia: mutação de um território federal a Amazônia brasileira**. Curitiba: SK Editora. 2012.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho, reforma agrária e soberania alimentar: elementos para recolocar o debate da classe trabalhadora e da luta de classe no Brasil. In: MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (org.). **Agroecologia: práticas e saberes**. Catalão: Gráfica Modelo, 2012. p. 283.

TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Exploração da força de trabalho indígena na formação dos seringais em Rondônia. **Diálogos**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 51-63, 2017. DOI:
<http://dx.doi.org/10.4025/dialogos.v21i3.39275>

VALVERDE, Orlando. **A organização do espaço na faixa da transamazônica**. Rio Janeiro. IBGE, 1979.

VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. **Por onde o sangue circula: os Karitiana e a intervenção biomédica**. Campinas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, 2004.